

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 12 DE AGOSTO DE 2008

O SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis nº 4.319 de 16 de março de 1964, e nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dando cumprimento à decisão unânime do Colegiado em sua 189ª reunião ordinária, resolve

Art. 1º Constituir Comissão Especial com o objetivo de apurar tentativas de criminalização de movimentos sociais, a partir de iniciativas do Ministério Público Estadual, decisões do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, e ações da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, apontando soluções no sentido de garantir o respeito aos direitos civis e às liberdades públicas.

Art. 2º. A Comissão Especial terá a seguinte composição:

- I. Conselheiro Percílio de Sousa Lima Neto – Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil / OAB;
- II. Conselheiro Zenaldo Coutinho – Representante da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados;
- III. Doutora Gilda Carvalho – Representante do Ministério Público Federal/ MPF;
- IV. Doutora Ivana Farina Navarette Pena – Representante do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça do Brasil;
- V. Desembargador Gercino José da Silva Filho – Ouvidor Agrário Nacional/MDA;
- VI. Deputado Federal Adão Pretto – Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados;
- VI. Doutor Fermino Fechio – Ouvidor da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República/SEDH/ PR;
- VII. Doutor Fernando Matos – Coordenador-Geral de Proteção a Defensores de Direitos Humanos/SEDH/PR.

Parágrafo Único. Poderão ser convidados a prestarem colaboração à Comissão Especial: especialistas, peritos e outros profissionais cujas habilidades e competência sejam necessárias ao bom desempenho das atividades por ela desenvolvidas.

Art. 3º. A Comissão Especial exercerá suas atividades por cento e oitenta (180) dias, prorrogáveis pelo prazo que se fizer necessário ao exercício de suas atribuições, devendo submeter relatórios parciais e relatório final ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Art.4º. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos prestará à Comissão Especial o apoio necessário ao exercício de suas atribuições.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Paulo de Tarso Vannuchi', written in a cursive style.

PAULO DE TARSO VANNUCHI